



24ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA CERTSYS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.

NIRE 35.221.392.288

CNPJ/ME Nº 08.821.745/0001-23

Pelo presente instrumento particular de alteração do contrato social, as partes:

- I. **STIVERSON STOPA ASSIS PALMA**, brasileiro, maior, engenheiro da computação, divorciado, portador da cédula de identidade RG nº 30.728.837-7, SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 299.244.518-56, residente e domiciliado à Rua Doutor Barros Cruz, nº 172, Casa 15, Vila Mariana, CEP 04118-130, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo (**"STIVERSON"**);
- II. **AUGUSTO TAKAHIRO KIRAMOTO**, brasileiro, maior, engenheiro da computação, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade RG nº 33.718.190-1, SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 293.428.038-14, residente e domiciliado à Rua Três de Maio, nº 396, Apto. 131, Vila Clementino, CEP 04044-020, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo (**"AUGUSTO"**);
- III. **JOÃO PAULO TEIXEIRA DOS SANTOS**, brasileiro, maior, engenheiro da computação, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.336.131-7, SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 302.153.768-54, residente e domiciliado na Avenida Prof. Alceu Maynard Araujo, nº 2, ap. 82, Bloco C1, Vila Cruzeiro, CEP 04726-160, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo (**"JOÃO PAULO"**);
- IV. **CAMILA FERNANDA RAMOS**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, analista de sistemas, portador(a) da cédula de identidade RG nº 35.008.728-3, nascido(a) em 09/09/1988, inscrito(a) sob o CPF/MF sob o nº 386.991.188-30, residente e domiciliado(a) na Rua Doutor Hêlcio Fidélis, nº 152, Bairro Cidade São Francisco, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 05351-035, nesse ato representado por seu bastante procurador **STIVERSON**, acima qualificado (**"CAMILA"**);
- V. **CARLOS EDUARDO CUSTODIO**, brasileiro(a), casado em regime de comunhão parcial de bens, analista de sistemas, portador(a) da cédula de identidade RG / RNE nº 26.162.011-3, e inscrito(a) sob o CPF/MF sob o nº 176.492.948-97, residente e



EM BRANCO

JUCESP
21 12 23

domiciliado(a) na Rua Augusta Santel, nº 38, Bairro Jd. Celeste, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04195-120, nesse ato representado por seu bastante procurador **STIVERSON**, acima qualificado ("**CARLOS EDUARDO**");

VI. **CARLOS ALBERTO DA SILVA**, brasileiro(a), casado em regime de comunhão parcial de bens, analista de TI, portador(a) da cédula de identidade RG / RNE nº 33.247.985-7, inscrito(a) sob o CPF/MF sob o nº 312.990.008-00, residente e domiciliado(a) na Rua Professor Antonio Ítalo Zanin, nº 262, Bairro Castelinho, na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, CEP 13403-053, nesse ato representado por seu bastante procurador **STIVERSON**, acima qualificado ("**CARLOS ALBERTO**");

VII. **CESAR AUGUSTO GOMES DE SOUZA**, brasileiro(a), solteiro, Engenheiro de Energia, portador(a) da cédula de identidade RG / RNE nº 65.264.071-2, inscrito(a) sob o CPF/MF sob o nº 039.380.591-33, nascido(a) em 20/05/1993 residente e domiciliado(a) na Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 70, Apto 164, Bairro Bela Vista, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 01403-000, nesse ato representado por seu bastante procurador **STIVERSON**, acima qualificado ("**CESAR**");

VIII. **FABIO OLIVEIRA ALVES**, brasileiro(a), casado em regime de comunhão parcial de bens, cientista da computação, portador(a) da cédula de identidade RG / RNE nº 23.519.138-3, e inscrito(a) sob o CPF/MF sob o nº 179.513.098-93, residente e domiciliado(a) na Rua João Antônio de Oliveira, nº 1.228, Bairro Mooca, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 03111-001, nesse ato representado por seu bastante procurador **STIVERSON**, acima qualificado ("**FABIO**");

IX. **FERNANDO KAUE GOMES VIEIRA DOS SANTOS**, brasileiro(a), solteiro, cientista da computação, portador(a) da cédula de identidade RG/ RNE nº 33.058.702-X, inscrito(a) sob o CPF/MF sob o nº 352.525.528-43, nascido(a) em 05/04/1988, residente e domiciliado(a) na Avenida Comandante Antonio Paiva Sampaio, nº 40, Apto. 21, Parque Vitória, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 02269-000, nesse ato representado por seu bastante procurador **STIVERSON**, acima qualificado ("**FERNANDO**");

X. **FREDERICO DELPHINO LUCCA**, brasileiro(a), solteiro, Analista de Sistemas, portador(a) da cédula de identidade RG / RNE nº 30.551.484-2, inscrito(a) sob o CPF/MF sob o nº 225.424.868-59, residente e domiciliado(a) na Rua Gregório de Matos, nº 630, Apto 304 - Bloco 04, Bairro São Lourenço, na cidade de Curitiba, estado de Paraná, CEP 82200-110, nesse ato representado por seu bastante procurador **STIVERSON**, acima qualificado ("**FREDERICO**");

XI. **MARCO LUIS VILLA PINTO**, brasileiro(a), Casado em regime de comunhão parcial de bens, Analista de TI, portador(a) da cédula de identidade RG / RNE nº 43.317.622-2, e inscrito(a) sob o CPF/MF sob o nº 228.352.638-88, residente e domiciliado(a) na Rua dos Sorocabanos, nº 829, Bairro Ipiranga, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04202-001, nesse ato representado por seu bastante procurador **STIVERSON**, acima qualificado ("**MARCOS**");

XII. **NARZIO CARVALHO RODRIGUES**, brasileiro(a), solteiro, Analista de Sistemas, portador(a) da cédula de identidade RG / RNE nº 49.636.388-8, e inscrito(a) sob o CPF/MF



CARTÓRIO DO 11º ABELEÃO DE NOTAS - SP
EM BRANCO

[Faint handwritten notes and signatures]

21 12 20

sob o nº 012.087.416-40, nascido(a) em 28/03/1987, residente e domiciliado(a) na Rua Gama Lobo, nº 1.217, Bairro Vila Dom Pedro I, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04269-000, nesse ato representado por seu bastante procurador **STIVERSON**, acima qualificado ("**NARZIO**");

XIII. **RAMON MARTINS CORDEIRO DOS SANTOS**, brasileiro(a), Solteiro, Analista de Sistemas, portador(a) da cédula de identidade RG / RNE nº 35.455.397-5, nascido(a) em 19/09/1995, inscrito(a) sob o CPF/MF sob o nº 426.103.028-43, residente e domiciliado(a) na Avenida Bento do Sacramento, nº 531, Bairro Vila Lavínia, na cidade de Mogi das Cruzes, estado de São Paulo, CEP 08737-010, nesse ato representado por seu bastante procurador **STIVERSON**, acima qualificado ("**RAMON**"); e

XIV. **TIAGO LEE**, brasileiro, solteiro, engenheiro da computação, titular da cédula de identidade nº 27.115.407-X, nascido(a) em 08/12/1989 inscrito (a) no CPF/MF sob o nº 370.012-748-01, residente e domiciliado(a) na Rua José Paulino, nº 751, complemento apto 32 Bairro Bom Retiro, CEP 01120-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, nesse ato representado por seu bastante procurador **STIVERSON**, acima qualificado ("**TIAGO**");

XV. **CERTSYS PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Cauaxi, nº 350 - sala 201, Parte A, Alphaville Empresarial, CEP 06454-943, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, seu ato constitutivo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.235.166.391, em sessão do dia de 23/01/2018, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.506.493/0001-18, neste ato representada por seus representantes legais Stiverson, Augusto e João Paulo, todos acima qualificados ("**CERTSYS PARTICIPAÇÕES**").

AUGUSTO, JOÃO PAULO e STIVERSON serão doravante denominados em conjunto "Quotistas Fundadores".

CAMILA, CARLOS EDUARDO, CARLOS ALBERTO, CESAR, FABIO, FERNANDO, FREDERICO, MARCOS, NARZIO, RAMON e TIAGO serão doravante denominados em conjunto "Quotistas Beneficiários";

CERTSYS PARTICIPAÇÕES, Quotistas Beneficiários e Quotistas Fundadores serão doravante denominados individualmente "Quotista" e em conjunto "Quotistas".

Únicos Quotistas representantes da totalidade do capital social da **CERTSYS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.** ("Sociedade"), com sede na Avenida Cauaxi, nº 350 - sala 201, Alphaville Empresarial, CEP 06454-943, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, seu ato constitutivo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.221.392.288, em sessão do dia 18/04/07, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.821.745/0001-23, têm entre si justo e contratado alterar o contrato social de acordo com as deliberações abaixo, tornando-se dispensável a Assembleia de Quotistas, nos termos do Art. 1.072, parágrafo 3º da Lei nº 10.406/2002.



CAPTANCO 11ª ABELEA DE NOTAS - SP
EM BRANCO

DVCESP
21 12 23

1. Alteração do Objeto Social da Filial

1.1. Os Quotistas aprovam, por unanimidade, incluir ao objeto social da filial da Sociedade, além da atividade já estabelecida, todas as atividades já praticadas pela matriz, bem como o CNPJ da filial da Sociedade.

1.2. Em razão das deliberações acima, as Cláusulas 1.2.1 e 1.4.1 do Contrato Social passarão a vigorar com a seguinte redação:

"1.2.1. A Sociedade possui uma filial devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.821.745/0002-04 localizada na Doutor Rafael de Barros, nº 209, Conjunto 132, Paraíso, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04003-041.

(...)

1.4.1 A filial da Sociedade terá como objeto social atividades de:

- a) Fornecimento de serviços administrativos e de escritório (CNAE 8211-3/00).*
- b) Desenvolvimento, licenciamento e Produção de Programas de Computador (softwares) (CNAE - 6202-3/00);*
- c) Consultoria e assessoria em tecnologia da informação (CNAE - 6204-0/00);*
- d) Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (CNAE - 6209-1/00);*
- e) Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente (CNAE - 4618-4/99);*
- f) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral (CNAE - 7490-1/04);*
- g) Participação em outras sociedades como quotista ou acionista, podendo deter ou não o controle do capital e a administração destas sociedades (CNAE - 6462-0/00 e 6463-8/00)*
- h) Outros serviços de instrução, ensino, treinamento de informática, de desenvolvimento profissional e gerencial, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza (CNAE 8592-9/99; 8599-6/03; 85.99-6/04); e*
- i) Programação (CNAE 6201-5/01)."*

2. Consolidação do Contrato Social

2.1. Em face da deliberação acima, resolvem os Quotistas, por unanimidade, consolidar os termos do Contrato Social da Sociedade evitando-se assim a sua fragmentação, conforme abaixo:



CARTÃO DO 11º ADELIÃO DE NOTAS - 3P
EM BRANCO

11º ADELIÃO DE NOTAS - 3P
11º ADELIÃO DE NOTAS - 3P

CONTRATO SOCIAL DA
"CERTSYS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA."

NIRE 35.221.392.288

CNPJ/ME nº 08.821.745/0001-23

I. DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

1.1. A Sociedade utilizará a denominação de **CERTSYS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**

1.2. A Sociedade tem sede e domicílio na Avenida Cauaxi, nº 350 - sala 201, Alphaville Empresarial, CEP 06454-943, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

1.2.1.A Sociedade possui uma filial devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.821.745/0002-04 localizada na Doutor Rafael de Barros, nº 209, Conjunto 132, Paraíso, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04003-041.

1.3. Por deliberação dos Quotistas representantes de $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, a Sociedade poderá abrir e fechar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior.

1.4. A Sociedade tem por objeto as atividades de:

- a) Desenvolvimento, licenciamento e Produção de Programas de Computador (softwares) (CNAE - 6202-3/00);
- b) Consultoria e assessoria em tecnologia da informação (CNAE - 6204-0/00);
- c) Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (CNAE - 6209-1/00);
- d) Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente (CNAE - 4618-4/99);
- e) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral (CNAE - 7490-1/04); e
- f) Participação em outras sociedades como quotista ou acionista, podendo deter ou não o controle do capital e a administração destas sociedades (CNAE - 6462-0/00 e 6463-8/00)
- g) Outros serviços de instrução, ensino, treinamento de informática, de desenvolvimento profissional e gerencial, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza (CNAE 8592-9/99; 8599-6/03; 85.99-6/04); e
- h) Programação (CNAE 6201-5/01).

1.4.1. A filial da Sociedade terá como objeto social atividades de:



CARTÃO DO 11º LABELÃO DE NOTAS - SP
EM BRANCO



DUCEAF
201223

- j) Fornecimento de serviços administrativos e de escritório (CNAE 8211-3/00).
- k) Desenvolvimento, licenciamento e Produção de Programas de Computador (softwares) (CNAE - 6202-3/00);
- l) Consultoria e assessoria em tecnologia da informação (CNAE - 6204-0/00);
- m) Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (CNAE - 6209-1/00);
- n) Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente (CNAE - 4618-4/99);
- o) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral (CNAE - 7490-1/04);
- p) Participação em outras sociedades como quotista ou acionista, podendo deter ou não o controle do capital e a administração destas sociedades (CNAE - 6462-0/00 e 6463-8/00)
- q) Outros serviços de instrução, ensino, treinamento de informática, de desenvolvimento profissional e gerencial, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza (CNAE 8592-9/99; 8599-6/03; 85.99-6/04); e
- r) Programação (CNAE 6201-5/01).

1.5. E explorará atividade econômica empresarial organizada, sendo, portanto, uma sociedade empresária, nos termos do art. 966 "caput" e parágrafo único e art. 982 do Código Civil.

1.6. A Sociedade terá duração por prazo indeterminado.

II. CAPITAL SOCIAL

2.1. O capital social da Sociedade totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 2.603.050,00 (dois milhões, seiscentos e três mil e cinquenta reais), dividido em 2.603.050 (dois milhões, seiscentos e três mil e cinquenta reais) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, está distribuído entre os Quotistas da seguinte forma:

Quotistas	Quotas Subscritas	Valor das quotas (R\$)	Participação (%)
CERTSYS PARTICIPAÇÕES LTDA.	2.602.259	R\$ 2.602.259,00	99,96959%
STIVERSON STOPA ASSIS PALMA	260	R\$ 260,00	0,00999%
AUGUSTO TAKAHIRO KIRAMOTO	260	R\$ 260,00	0,00999%



EM BRANCO

JUCESP
21.12.22

JOÃO PAULO TEIXEIRA DOS SANTOS	260	R\$ 260,00	0,009999%
CAMILA FERNANDA RAMOS	1	R\$ 1,00	0,00004%
CARLOS EDUARDO CUSTODIO	1	R\$ 1,00	0,00004%
CARLOS ALBERTO DA SILVA	1	R\$ 1,00	0,00004%
CESAR AUGUSTO GOMES DE SOUZA	1	R\$ 1,00	0,00004%
FABIO OLIVEIRA ALVES	1	R\$ 1,00	0,00004%
FERNANDO KAUE GOMES VIEIRA DOS SANTOS	1	R\$ 1,00	0,00004%
FREDERICO DELPHINO LUCCA	1	R\$ 1,00	0,00004%
MARCO LUIS VILLA	1	R\$ 1,00	0,00004%
NARZIO CARVALHO RODRIGUES	1	R\$ 1,00	0,00004%
RAMON MARTINS CORDEIRO DOS SANTOS	1	R\$ 1,00	0,00004%
TIAGO LEE	1	R\$ 1,00	0,00004%
TOTAL	2.603.050	R\$ 2.603.050,00	100%

2.2. A responsabilidade dos Quotista é limitada ao valor das quotas que cada um possui na Sociedade, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, de acordo com o artigo 1.052 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

2.3. A cada quota corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas.

2.4. As quotas poderão ser livremente vendidas, cedidas, transferidas ou negociadas entre os Quotistas, observado o estipulado no acordo de quotistas da Sociedade, datado de 24 de fevereiro de 2022 ("Acordo de Quotistas") e no Capítulo VI deste Contrato Social.

III. ADMINISTRAÇÃO

3.1. A Sociedade será gerida e administrada por, no mínimo, 3 (três) administradores, Quotistas ou não da Sociedade, pessoa física domiciliada no Brasil ("Administrador").

3.2. Os administradores Quotistas, serão nomeados por alteração do contrato social, para exercer mandato por prazo indeterminado, podendo ser destituídos pela deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, exclusivamente no caso de desvio de conduta previsto nas seguintes hipóteses:

- (i) Prática de atos que coloquem em risco a continuidade da Sociedade;
- (ii) Não cumprimento, por um Administrador Quotista, das suas obrigações essenciais inerentes à sua função, previstas em Lei, no Acordo de Quotistas ou neste Contrato Social, e no caso em que o não cumprimento for suscetível de reparação, se a Parte não reparar este não cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias da notificação escrita que lhe terá sido feita por escrito pelos demais Administradores ou pela Sociedade;
- (iii) A proibição ou impedimento de um Administrador de exercer a função de administração e representação da Sociedade, por qualquer razão;



CARTÃO Nº 11 - ABEIÃO DE NOTAS - SP
EM BRANCO



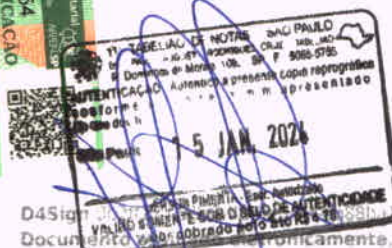
- (iv) A condenação a pena privativa de liberdade, por qualquer motivo, ou outra que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação nos termos do Art. 1.011, §1º do Código Civil/2002;
- (v) O desinteresse comprovado do Administrador na gestão da Sociedade;
- (vi) A abertura de uma investigação por um ato anormal de gestão;
- (vii) Ação susceptível de provocar danos aos interesses, à reputação ou à imagem de marca da Sociedade;
- (viii) Desvio de conduta, violação da lei, prática de atos ou omissão em atuar, colocando em risco a harmonia que deve haver na Sociedade, a sobrevivência da mesma ou o desenvolvimento ou expansão de seus negócios;
- (ix) Exercício de atos que impeçam ou prejudiquem substancialmente o curso normal dos negócios da Sociedade;
- (x) Descumprimento do Contrato Social, Acordo de Quotistas, Código de Ética e Conduta da Sociedade ou das outras políticas, regulamentos e normas internas em vigor da Sociedade, de suas controladas e/ou coligadas; ou
- (xi) Ajuizamento de ação judicial contra a Sociedade ou contra os demais Quotistas da Sociedade.

3.3. Os Administradores não Quotistas serão nomeados e destituídos mediante a deliberação de Quotistas que representem a 2/3 (dois terços) do capital social da Sociedade.

3.3.1. O prazo de gestão dos Administradores não quotistas designados será de até 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos aos cargos através de Assembleia Geral dos Quotistas que deliberar sobre a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço do resultado econômico do exercício social em curso.

3.4. O exercício do cargo de Administrador não Quotista cessa pela sua destituição, a qualquer tempo, mediante aprovação dos Quotistas, de acordo com os critérios e quóruns do Contrato Social, ou, ainda, pelo término do prazo ora fixado se não houver recondução.

3.5. A remuneração dos Quotistas Fundadores poderá ser composta de pró-labore, em valor condizente com o praticado no mercado, a ser definido por 75% (setenta e cinco por cento) do capital social em Assembleia Geral ordinária a ser realizada anualmente pelos Quotistas para aprovação de contas.



CARTÃO RIBBON 11" - TABELA DE NOTAS - SP
EM BRANCO

425 11

3.6. Os Quotistas poderão exercer também funções não administrativas na Sociedade, desde que atendam a capacitação técnica necessária para o desenvolvimento do cargo pretendido ("Função Operacional").

3.6.1. O Quotista será nomeado e destituído para a Função Operacional, pelos Administradores, em reunião de Administradores e o seu pró-labore e demais benefícios aplicáveis, serão determinados na forma prevista pelo Acordo de Quotistas da Sociedade e demais políticas da Sociedade.

3.6.2. O Quotista poderá renunciar a Função Operacional que exerce na Sociedade, mediante o envio de notificação prévia, por escrito, para a Sociedade, de 30 (trinta) dias.

3.7. Cabe aos Administradores representarem a Sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante quaisquer pessoas, públicas e privadas, federais, estaduais e municipais, assim como perante terceiros em geral e em especial perante bancos, instituições financeiras de qualquer natureza e todos e quaisquer órgãos governamentais.

3.8. A Sociedade considerar-se-á representada (i) conjuntamente pelos 3 (três) Administradores Quotistas; (ii) conjuntamente por quaisquer 2 (dois) dos Administradores Quotistas; (iii) isoladamente por 1 (um) Administrador; ou (iv) por um procurador devidamente constituído, nos limites definidos neste Contrato Social e no Acordo de Quotistas.

3.8.1. A Sociedade será representada em conjunto pelos 3 (três) Administradores Quotistas nomeados, nas seguintes hipóteses:

- (i) Constituição e encerramento de sociedades Controladas e Coligadas, alienação ou aquisição das quotas ou ações de emissão de outras sociedades e de propriedade da Sociedade;
- (ii) A aquisição, a venda, a promessa de compra ou de venda e a constituição de hipoteca sobre bens imóveis pertencentes à Sociedade ou outros bens que sejam parte do ativo permanente da Sociedade; e
- (iii) A outorga de avais, fianças ou qualquer outra forma de garantia a terceiros de qualquer natureza, quando aprovado pelos Quotistas; e
- (iv) A outorga de procurações em nome da Sociedade, exceto para procurações cuja matéria seja expressamente autorizada, neste Contrato Social e no Acordo de Quotistas, a outorga por representação diversa.

3.8.2. A Sociedade será representada pela assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois) dos Administradores Quotistas, para realização dos seguintes atos:

(i) A assinatura de cheques ou outros instrumentos de pagamento com valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em operação individual ou sucessiva que relacionadas a um mesmo negócio;

(ii) A contratação de empréstimos, concessão de perdão de dívidas ou a



CARTÓRIO DO 11º TABELÃO DE NOTAS - SP
EM BRANCO

1944

renegociação de termos de quaisquer contratos firmados pela Sociedade, com qualquer valor;

(iii) A contratação de empregados ou prestadores de serviços cuja remuneração bruta mensal seja superior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), que não esteja previamente aprovada no Plano Anual da Sociedade; e

(iv) Assunção de quaisquer obrigações ou a assinatura de contratos de qualquer natureza não especificados anteriormente, cujo valor individual ou em conjunto de operações relacionadas seja superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

3.8.3. A Sociedade será, ainda, representada isoladamente por 1 (um) dos Administradores:

(i) Para realização de quaisquer atos cujo valor não exceda os limites previstos pela cláusula 3.8.2;

(ii) Para fins de participação em Licitações, sendo válidos e oponíveis à Sociedade todos os atos praticados por um dos Administradores Quotistas isoladamente com a administração pública direta e indireta em todas as esferas (Municipal, Estadual e Federal), de qualquer valor, abrangendo, mas não limitados aos seguintes atos: (a) elaboração e apresentação de propostas, lances e ofertas; (b) negociação e aceitação de condições; (c) discussão e celebração de contratos administrativos; (d) alterações e novações de contratos celebrados e (e) aviso de encerramento e celebração de distrato de contratos celebrados; (f) Outorgar procurações para viabilizar a participação e representação da Sociedade em licitações observados os termos desta Cláusula.

(iii) Representação da Sociedade, inclusive para outorga de procurações, perante órgãos públicos, tais como, exemplificativamente, Juntas Comerciais, Receita Federal, Secretaria da Fazenda Estadual, Banco Central do Brasil, Prefeituras Municipais em que a Sociedade possua sede ou filiais, Caixa Econômica Federal, Sindicatos, Instituto Nacional da Seguridade Social e Justiça Federal, Estadual e Municipal, em todas as instâncias, na qualidade de preposto.

3.9. As procurações outorgadas em nome da Sociedade deverão ter prazo determinado, de até 1 (um) ano, excetuadas aquelas para fins judiciais, sendo necessária a assinatura conjunta dos 3 (três) Administradores Quotistas, exceto para aquelas matérias em que seja exigida a representação de apenas 1 (um) Administrador, conforme previsto pela Cláusula 3.8.3., acima.

3.9.1 As procurações outorgadas pela Sociedade não poderão ser substabelecidas, com exceção às procurações outorgadas para membros de escritórios de advocacia, as quais poderão ser substabelecidas para outros membros do mesmo escritório.

3.10. A administração da Sociedade será exercida pelos Srs. **STIVERSON STOPA ASSIS PALMA; AUGUSTO TAKAHIRO KIRAMOTO e JOÃO PAULO TEIXEIRA DOS SANTOS**, acima qualificados ("Administradores Quotistas").



CARTÃO DO 11º LABELÃO DE NOTAS - SP
EM BRANCO



JUCESP
21 12 23

3.11. Reunião de Administradores: os Administradores reunir-se-ão, sempre que necessário, para deliberar sobre os temas relacionados à administração da Sociedade. Estas reuniões de Administradores poderão contar com a participação de coordenadores das áreas, consultores externos e do Conselho Consultivo da Sociedade.

3.11.1. Estas reuniões serão convocadas através de correspondência por escrito (carta, e-mail, fax, ou qualquer outro meio que seja possível confirmar o recebimento), no mínimo 2 (dois) dias antes da sua realização; poderão ser realizadas utilizando-se recursos alternativos tais como videoconferência ou teleconferência, e serão materializadas em atas assinadas pelos participantes, sendo essencial para sua instalação a unanimidade dos Administradores e para deliberação a aprovação da maioria simples dos Quotistas Fundadores.

3.11.2. Não será necessário o registro das atas de deliberação dos Administradores, exceto nas hipóteses em que seja necessário que tais decisões tenham efeitos perante terceiros. Estas atas permanecerão arquivadas na sede da Sociedade.

3.11.3. Anualmente, até 31 de março de cada ano, os Administradores deverão elaborar o plano anual de negócios da Sociedade ("Plano Anual"), de acordo com as regras do Acordo de Quotistas. O Plano Anual será apresentado aos Quotistas e aprovado em Assembleia Geral Ordinária. Eventuais alterações no Plano Anual deverão ser aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária.

3.12. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer dos Quotistas, Administradores, procuradores ou colaboradores que a envolvam em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

3.12.1. Exclui-se da proibição estabelecida nesta Cláusula, a prestação fianças ou outro tipo de garantia desde que aprovada em Assembleia Geral ou autorizada de forma expressa neste Contrato Social.

3.13. Caso 1 (um) ou mais Quotistas Fundadores decidam renunciar ao cargo de Administradores da Sociedade, os Quotistas, no menor prazo possível, sendo o prazo máximo de até 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da respectiva carta de renúncia, obrigam-se a realizar uma Assembleia Geral de Quotistas, para deliberar sobre a revisão e/ou estabelecimento de novas regras de administração e representação legal da Sociedade e/ou nomeação de um novo administrador, Quotista ou não, bem como formalizar e efetivar o registro da alteração contratual da Sociedade perante a JUCESP.

3.14. Em caso de vacância de um ou mais cargos de Administradores, até que seja realizada a Assembleia Geral prevista pela Cláusula 3.13 acima, serão aplicáveis as seguintes regras ("Regras de Vacância"):

(i) A administração social será realizada pelos Administradores remanescentes, devendo a representação conjunta ser realizada pelo maior número de Administradores nomeados possível, de forma que: (a) caso remanesçam 2 (dois) Administradores apenas,



CARTÃO IDENTIFICADOR DE NOTAS - SP
EM BRANCO



DUCEP
21 12 23

a representação prevista pelas Cláusulas 3.8.1 e 3.8.2, serão realizadas em conjunto por esses 2 (dois) Administradores; e (b) sendo apenas 1 (um) remanescente, a representação de todas as matérias previstas nas Cláusulas 3.8.1, 3.8.2 e 3.8.3 será realizada isoladamente pelo Administrador remanescente.

(ii) No caso de vacância do cargo dos 3 (três) administradores, a Sociedade deverá ser representada de forma conjunta pelo(s) Quotistas que componham a maioria do capital social, em qualquer matéria.

3.15. No caso de ausência (vacância temporária) de Administradores poderá ser aplicada a regra prevista na Cláusula 3.14, devendo o Administrador que se ausentar informar os demais Administradores, antecipadamente, constando em Ata de Reunião de Administradores a data de início e fim da vacância. Esta Ata será levada a registro.

3.16. A Sociedade contará, ainda, com um Conselho Consultivo um órgão consultivo, facultativo, não-deliberativo e que será composto por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros independentes, indicados pelos Quotistas, pela deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

3.16.1. Sendo o Conselho Consultivo um órgão de assessoria dos Quotistas, competirá ao Conselho Consultivo manifestar-se previamente à deliberação pelos Quotistas, sobre toda e qualquer matéria que se envolva questões estratégicas, financeiras, contábeis, de auditoria, jurídica, de governança corporativa e diretrizes da Sociedade.

3.16.2. O Conselho Consultivo se reunirá mensalmente e participará mensalmente do Comitê de Gente, Gestão e Cultura. Ainda o Conselho Consultivo se reunirá sempre que necessário para o cumprimento de suas atividades, ou por convocação extraordinária dos Quotistas e/ou que os membros do Conselho Consultivo entendam adequado, sem prejuízo das reuniões ordinárias mensais do Comitê de Gente, Gestão e Cultura e da reunião ordinária bimestral do Conselho Consultivo. Os Administradores, quando aplicável, dará ciência ao Conselho Consultivo da convocação de toda e qualquer Assembleia Geral, com antecedência mínima de 14 (quatorze) dias para a sua instalação, de forma a assegurar ao Conselho Consultivo tempo hábil para análise e discussão das matérias que possam ser de sua competência.

3.16.3. Os Quotistas, a seu exclusivo critério, poderão dissolver o Conselho Consultivo, pela deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

IV. ASSEMBLEIA DE QUOTISTAS

4.1. As Assembleias Gerais de Quotistas da Sociedade serão ordinárias ou extraordinárias, realizando-se, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, com o objetivo de deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico, nomear administradores, quando for o caso, e



CARTÃO Nº 11 - ADELAIDE NOTAS - BP
EM BRANCO



JUCESP
21 12 23

extraordinariamente, sempre que necessário.

4.2. As Assembleias Gerais somente se instalarão com a presença dos Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, em primeira convocação, e em segunda, com qualquer número.

4.3. As deliberações sociais, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e as exceções previstas neste Contrato Social, serão tomadas por Quotistas representando mais da metade do capital social, em Assembleia Geral de Quotistas convocada conforme disposto neste contrato social.

4.3.1. As matérias abaixo discriminadas estão sujeitas a aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade:

- (i) Autorização para alteração, no todo ou em parte, do Contrato Social da Sociedade, exceto no tocante a matérias que tenham estabelecido quórum diferenciado, seja ele superior ou inferior;
- (ii) Dissolução ou liquidação da Sociedade, suas controladas e coligadas;
- (iii) Incorporação, fusão e cisão da Sociedade, suas controladas e coligadas;
- (iv) Alteração de objeto social da Sociedade;
- (v) A constituição de novas sociedades, *joint ventures*, consórcios ou outras formas de parceria, no Brasil ou no exterior, bem como seus respectivos encerramentos;
- (vi) Aquisição de participação societária em outras sociedades e companhias, inclusive controladas ou coligadas da Sociedade;
- (vii) Deliberação sobre a destinação dos lucros apurados no exercício social;
- (viii) Requerimento de recuperação judicial ou falência, bem como aprovação de plano de recuperação extrajudicial da Sociedade;
- (ix) Criação de quotas preferenciais ou criação de nova classe mais favorecida;
- (x) Determinação do valor do pró-labore a ser pago aos Quotistas-Fundadores da Sociedade; e
- (xi) Aumento ou redução do Capital Social da Sociedade e suas coligadas e controladas.

4.4. Toda e qualquer decisão dos Quotistas tomada em desacordo com as disposições deste Contrato Social e/ou do Acordo de Quotistas será nula de pleno direito e não produzirá efeitos em relação à Sociedade, aos demais Quotistas da Sociedade e perante terceiros.

4.5. O presidente da Assembleia Geral, conforme o caso, não registrará o voto proferido em infração a este Contrato Social e o Acordo de Quotistas, sendo que o eventual exercício de qualquer direito de voto em desacordo com as disposições aqui estabelecidas importará em ineficácia do referido voto, que não será computado na deliberação, sem prejuízo do direito de a parte interessada promover a execução específica da obrigação descumprida, nos termos do parágrafo 8º, do artigo 118 da Lei das S.A.



CARTÃO DO 11º LABELADO DE NOTAS - SP
EM BRANCO



PROCESO
21 12 23

V. EXERCÍCIO SOCIAL

5.1. O exercício social tem início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes.

5.2. Ao término de cada exercício social, os Administradores deverão elaborar o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, cabendo aos Quotistas(s), os lucros ou perdas apuradas, na proporção de suas quotas, salvo o disposto na cláusula 5.3 abaixo, observado o limite previsto no art. 1.052 do Código Civil.

5.3. Os Quotistas deliberarão em Assembleia Geral ordinária anual sobre as contas e distribuição de lucros ou participação nas perdas apurados da Sociedade. Na hipótese de serem apurados lucros, é possível avançar a sua distribuição desproporcional, nos termos do art. 1.007 do Código Civil, pela deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social. As contas da Sociedade e a destinação dos lucros apurados no exercício serão deliberadas nos termos previstos pela Cláusula 4.4.1, (x), deste instrumento, ou seja, pelo quórum de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

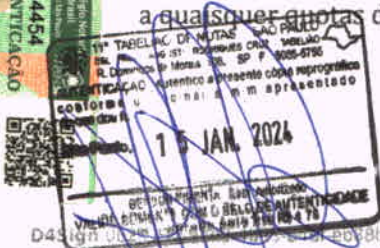
5.3.1. Fica autorizada a Sociedade a proceder o levantamento de balanços intermediários para apurações mensais visando a antecipação de lucros aos Quotistas, pela aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) do capital.

5.3.2. As definições sobre distribuições de lucros poderão ser complementadas pela elaboração de política de distribuição de lucros pela Sociedade, que, uma vez em vigor, deverá ser observada por todos os Quotistas da Sociedade.

VI. RESTRIÇÕES À NEGOCIAÇÃO

6.1. **Restrição de Venda de Quotas da Sociedade aplicáveis aos Quotistas Beneficiários.** Durante o período em que os Quotistas Beneficiários exercer(em) função nos quadros da Sociedade, Controladora, Coligadas e/ou Controladas, nos termos do Acordo de Quotistas, os Quotistas Beneficiários não poderão alienar, transferir, ceder, permutar, doar, emitir, conferir ao capital, mutuar, dar em fideicomisso as quotas da Sociedade, nem tampouco praticar qualquer outro ato (incluindo a promessa de prática de tais atos) que resulte, direta ou indiretamente, na transferência, subscrição de novas quotas ou disposição das quotas, ou alienação das quotas, diretamente ou por meio de parte relacionada, inclusive por meio de qualquer reorganização societária, fusão, cisão, incorporação e incorporação de ações (incluindo em razão de execução ou excussão judicial ou extrajudicial) ("Transferência") para outros Quotistas, exceto em hipóteses autorizadas por este Contrato Social, ou para terceiros, sendo a transação realizada em desacordo com essa condição, considerada nula e ineficaz, ressalvado seu direito de retirar-se da Sociedade, mediante a recompra de suas Quotas pela Sociedade, conforme previsto no Acordo de Quotistas da Sociedade.

6.2. **Restrições aplicáveis a todos os Quotistas.** Os Quotistas obrigam-se, no tocante a quaisquer quotas de que sejam ou venham a ser titulares, ou aos direitos decorrentes de



CARTÃO DO 1º LABELÃO DE NOTAS - SP
EM BRANCO

DUPLICATA
21 12 20

tais quotas, a não realizar Transferência em desacordo com as previsões deste Contrato Social.

6.2.1. Direito de Preferência. Observada a Restrição de Venda de Quotas da Sociedade imposta aos Quotistas Beneficiários acima, as Quotas poderão ser livremente vendidas, cedidas, transferidas ou negociadas entre os Quotistas e/ou terceiros, desde que observado o direito de preferência proporcional dos demais Quotistas, que será assegurado, da seguinte forma:

(i) O Quotista cedente, desejando vender, ceder, transferir ou negociar suas quotas deverá notificar os outros Quotistas, por meio de carta registrada, com aviso de recebimento, contendo eventual conteúdo da oferta recebida de terceiro interessado, ou proposta a um terceiro, ou das suas condições de oferta, indicando, no mínimo: o preço proposto, a quantidade de quotas em questão, a forma de pagamento e a qualificação completa do aludido terceiro, se for o caso ("Oferta").

(ii) O Quotista que desejar exercer seu direito de preferência poderá fazê-lo no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento da citada notificação, no mesmo preço e nas mesmas condições da Oferta.

(iii) Caso a totalidade proporcional das quotas contidas na Oferta não seja adquirida por um Quotista, os demais Quotistas poderão adquirir o montante residual observada a sua proporcionalidade, ou integralmente caso os demais não queiram fazê-lo. Caso nenhum dos Quotistas queiram exercer seu direito de preferência, ou ainda, caso restem quotas remanescentes não adquiridas pelos demais Quotistas, o Quotista cedente ficará liberado para vender, ceder, transferir ou negocia-las a terceiros, sempre nas mesmas condições da Oferta. O não exercício pelo Quotista cedente desta prerrogativa, no prazo de 30 (trinta) dias, caracterizará a sua desistência quanto à cessão, devendo-se iniciar novamente o processo de aviso de preferência para a transação.

(iv) Tendo o Quotista cedente recebido manifestação por escrito de outro(s) Quotista(s) no sentido de que a totalidade ou uma parte das quotas oferecidas será por ele(s) adquirida, o Quotista cedente convocar tal Quotista ou Quotistas para que, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento de referida notificação escrita, seja efetivada a cessão e transferência das quotas. Se nesse prazo o Quotista ou Quotistas deixar(em) de realizar a transferência, aplicar-se-ão automaticamente as disposições finais previstas do item iii da Cláusula 6.2.1, acima.

6.2.2. Os Quotistas não poderão ceder gratuitamente as suas quotas a terceiros, sem a expressa aprovação por 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

6.2.3. Os Quotistas não poderão ceder o direito de preferência e/ou de



CARTÓRIO DO 11º TABELADO DE NOTAS - SP
EM BRANCO



subscrição assegurado por lei, pelo Acordo de Quotistas, ou por este Contrato Social.

6.2.4. O ingresso de Terceiros na Sociedade deverá ser aprovado por 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade. Já a transferência de quotas entre Quotistas não dependerá de aprovação dos demais Quotistas.

6.2.5. A Transferência de Quotas sem o cumprimento das disposições deste instrumento e do Acordo de Quotistas será considerada nula e sem efeito. A Transferência de Quotas, sem a correspondente modificação do Contrato Social não terá eficácia quanto aos Quotistas e à Sociedade, bem como até 2 (dois) anos depois de averbada a modificação do Contrato Social, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a Sociedade e terceiros, pelas obrigações de quotista, conforme disciplina o artigo 1.003 e seu parágrafo único do Código Civil.

6.3. **Imposição de Ônus ou Gravames.** Nenhum Quotista poderá, sob qualquer forma, onerar, caucionar ou dar suas Quotas em garantia, sem o prévio consentimento, por escrito, dos Quotistas Fundadores ("Ônus"). A oneração sem tal consentimento prévio será considerada nula em relação aos outros Quotistas e terceiros, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades prevista no Acordo de Quotistas da Sociedade.

6.4. **Subscrição de Novas Quotas:** Observados os termos deste Capítulo e do Acordo de Quotistas da Sociedade, suas Coligadas ou Controladas, os Quotistas terão também Direito de Preferência na subscrição de quaisquer ativos da Sociedade, Coligadas ou Controladas, ou na subscrição ou emissão pela Sociedade, suas Coligadas ou Controladas de qualquer outro valor mobiliário conversível em quotas da Sociedade, suas Coligadas ou Controladas na proporção de sua participação no capital social.

6.5. As disposições sobre Direitos (i) de Venda Conjunta, (ii) de Recompra de Quotas, (iii) de Venda Forçada e (iv) Opções de Compra devem observar o previsto no Acordo de Quotistas da Sociedade, quando aplicável.

VII. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

7.1. A Sociedade poderá ser liquidada por deliberação dos Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade ou nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral de Quotistas o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante que deverá funcionar no período de liquidação.

7.2. A Sociedade não se dissolverá com a retirada, incapacidade, impedimento, exclusão ou morte de qualquer dos Quotistas, continuando com os Quotistas remanescentes, a menos que estes decidam liquidá-la.

7.2.1. No caso de morte ou impedimento de Quotistas, não será permitido o ingresso de herdeiros e sucessores na Sociedade exceto se expressamente aprovado por 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade. Observado o



CARTÃO 111 - ADELAIDE NOTAS - SP
EM BRANCO

4503

2005
21 12 20

Não será, ainda, admitido o ingresso de cônjuges, ou conviventes na sociedade, inclusive em caso de separação ou divórcio das Partes. As participações atualmente os cônjuges ou conviventes dos Quotistas venham possuir serão aceitas nos mesmos termos previstos na Cláusula 7.3 abaixo.

teses de morte, ausência declarada ou interdição de qualquer Quotista observado o Direito de Recompra previsto no Acordo de Quotistas, serão veres do Quotista ausente, interditado ou dos herdeiros e sucessores do, com base no valor de mercado da Sociedade, a ser apurado por perito empresa especializada nomeado pelos Quotistas, pelo valor e termos título X do Acordo de Quotistas.

quer hipótese de liquidação das quotas de um Quotista da Sociedade, que essencialmente previstos outro critério ou metodologia por este Contrato Social, e, ainda, as regras dispostas no Capítulo X do Acordo de Quotistas sobre o tema.

stas que representem 2/3 (dois terços) do capital social da Sociedade por justa causa, um ou mais Quotistas que estejam praticando falta grave de suas obrigações, ou, ainda, se constatada incapacidade superveniente, da justa causa, para fins desta cláusula:

- prática de atos que coloquem em risco a continuidade da Sociedade;
 não cumprimento por uma Parte às suas obrigações essenciais como
 quotistas da Sociedade ou as suas obrigações essenciais estabelecidas neste
 instrumento, ou das tarefas expressamente atribuídas a ele, ou decorrentes de
 função ou cargo assumido na Sociedade, e no caso em que o não
 cumprimento for suscetível de reparação, se a Parte não reparar este não
 cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias da notificação escrita que lhe
 terá sido feita por escrito pela outra Parte;
 afastamento, ainda que temporário, de suas funções na Sociedade;
 proibição feita a uma Parte ou a um dirigente da Sociedade de participar
 a sua atividade, em razão de:
-) O desinteresse comprovado nas atividades da Sociedade;
 -) A abertura de uma investigação por má conduta, um ato anormal de
 gestão, ou nas atividades em que é engajado na Sociedade;
 -) Infração ao Contrato Social, Acordo de Quotistas, Código de Ética e
 Conduta e/ou outras políticas, regulamentos e normas internas
 vigentes da Sociedade, de suas Controladas e/ou Coligadas;
 -) Ato de pressão desproporcional, intimidação, humilhação,
 desrespeito, violência, abuso, ameaça, assédio, discriminação ou
 preconceito, incluindo, mas não limitada, aquelas decorrentes de
 orientação sexual, identidade de gênero, religião, raça, cor, idioma,
 condição física, econômica, idade, opinião, origem, formação



CARTÃO DO 1º LABELIÃO DE NOTAS - SP
EM BRANCO

DOC 199
21 12 20

acadêmica, habilidades, desempenho funcional e laboral, dirigida a funcionários, colaboradores e prestadores de serviços da Sociedade e suas Controladas ou Coligadas, apurado mediante procedimento de investigação interna da Sociedade;

- e) Ação susceptível de provocar danos aos interesses, à reputação ou à imagem de marca da Sociedade;
- f) Desvio de conduta, violação da lei, prática de atos ou omissão em atuar, colocando em risco a harmonia que deve haver na Sociedade, a sobrevivência da mesma ou o desenvolvimento ou expansão de seus negócios;
- g) Falta de colaboração, desarmonia ou grave desacordo com os Quotistas majoritários que afete negativamente Sociedade (perda do "*Affectio Societatis*");
- h) Exercício de atos que impeçam ou prejudiquem substancialmente o curso normal dos negócios da Sociedade; e
- i) Ajuizamento de ação judicial contra a Sociedade ou contra os Quotistas representando a maioria do capital social.

7.6. O afastamento temporário do Quotista das atividades da Sociedade por motivo de doença grave ou por descanso anual, de acordo com as regras previstas pelo Acordo de Quotistas da Sociedade, não serão consideradas como falta grave, para fins da Cláusula 7.5, acima.

7.7. A exclusão por falta grave somente poderá ser determinada em Assembleia Geral especialmente convocada especialmente para esse fim, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência e ciente o Quotista acusado, em tempo hábil, para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa e deverá ser decidido com o voto afirmativo da maioria do capital social representado pelos Quotista não afetados pela causa.

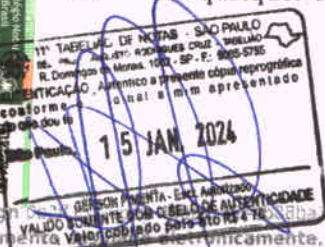
7.7.1. A exclusão deliberada na forma acima será formalizada mediante instrumento particular de alteração contratual registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo. Uma cópia da referida alteração deverá ser enviada ao Quotista excluído.

7.7.2. O Quotista excluído será reembolsado pela Sociedade, que deverá pagar ao Quotista excluído o valor líquido de suas quotas, apurado com base no *Valuation* Anual, nos termos do Capítulo X do Acordo de Quotistas. O pagamento será realizado em 12 (doze) prestações mensais e sucessivas, corrigidas pelo IPCA/IBGE ou qualquer outro determinado pelo Governo Federal, sendo que a primeira deverá ser paga após 30 (trinta) dias a contar da exclusão.

7.7.3. O capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os demais Quotista suprirem o valor da quota.

7.8. As disposições sobre Opção de Compra por Justa Causa deve observar o previsto no Acordo de Quotistas da Sociedade, quando aplicável.

7.9. Em qualquer caso em que seja necessária a apuração ou mensuração de valores a



CARTÓRIO DO 11º TABELIAÇÃO DE NOTAS - SP
EM BRANCO

JUCESP
21 12 23

valor de mercado para fins deste instrumento, inclusive para apuração de haveres ou liquidação de participação, exceto se expressamente descrito em contrário neste instrumento, fica avençado entre os Quotistas que o perito especialista, será nomeado pela deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

7.9.1. Os honorários devidos ao perito nomeado serão custeados pela Sociedade.

VIII. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, em virtude de lei especial ou condenação criminal que a inabilite, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa de concorrência, as relações de consumo, a fé pública, ou crime contra a propriedade, nos termos do art. 1.011, parágrafo 1º, da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

8.2 A Sociedade será regida pela Lei 10.406/02 no que se refere às sociedades limitadas e, supletivamente, pela Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações.

8.3 As palavras, expressões e abreviações, no singular ou no plural, com as letras iniciais maiúsculas, não definidas em outras partes deste Contrato Social terão o significado atribuído a elas conforme definido no Acordo de Quotistas, exceto se expressamente indicado de outra forma neste Contrato Social, ou se o contexto for incompatível com qualquer significado aqui indicado.

8.4 Resolução de Conflitos. Toda controvérsia e/ou conflito resultante dos direitos e obrigações aqui contemplados e/ou da execução do presente Acordo que não sejam resolvidos amigavelmente entre as Partes ou por mediação, serão resolvidos por procedimento de arbitragem de direito, pela CAMARB – Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial - Brasil, de acordo com as normas de seu regulamento de arbitragem na data do pedido de instauração da arbitragem.

8.4.1 A arbitragem terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e o procedimento será conduzido no idioma Português.

8.4.2 A sentença arbitral será definitiva, constituindo título executivo vinculativo entre as Partes.

8.4.3 Para a execução do laudo arbitral, para dirimir questões não suscetíveis de decisão arbitral e/ou para a eventualidade de execução específica da cláusula compromissória e demais medidas coercitivas que se fizerem necessárias, as Partes elegem o foro da Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil.

8.4.4 As partes definem que o procedimento contará com a atuação de 3 (três) árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, os Quotistas, assinado eletronicamente, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 10 da Medida Provisória



CARTÓRIO DO 11º TABELIÃO DE NOTAS - SP
EM BRANCO

JUCESP
21 12 23

2.200/2001, cujas informações são verdadeiras e produzem efeitos legais, nos termos do artigo 2019 da Lei Federal nº 10.406 de 10 de fevereiro de 2002 e do artigo 408 da Lei Federal 13.105 de 16 de março de 2015, constituindo obrigações válidas e exigíveis para todos os fins legais.

São Paulo, 22 de novembro de 2023.

Quotistas Fundadores:

STIVERSON STOPA ASSIS PALMA RG nº 30.728.837-7, SSP/SP CPF/ME nº 299.244.518-56	AUGUSTO TAKAHIRO KIRAMOTO RG nº 33.718.190-1, SSP/SP CPF/ME nº 293.428.038-14	JOÃO PAULO TEIXEIRA DOS SANTOS RG nº 26.336.131-7, SSP/S CPF/ME nº 302.153.768-54
--	--	--

Quotistas Beneficiários:

CAMILA FERNANDA RAMOS RG nº 35.008.728-3 CPF/MF nº 386.991.188-30 Por seu procurador STIVERSON STOPA ASSIS PALMA RG nº 30.728.837-7, SSP/SP CPF/ME nº 299.244.518-56	CARLOS EDUARDO CUSTODIO RG nº 26.162.011-3 CPF/MF nº 176.492.948-97 Por seu procurador STIVERSON STOPA ASSIS PALMA RG nº 30.728.837-7, SSP/SP CPF/ME nº 299.244.518-56
CARLOS ALBERTO DA SILVA RG nº 33.247.985-7 CPF/MF nº 312.990.008-00 Por seu procurador STIVERSON STOPA ASSIS PALMA RG nº 30.728.837-7, SSP/SP CPF/ME nº 299.244.518-56	CESAR AUGUSTO GOMES DE SOUZA RG nº 65.264.071-2 CPF/MF nº 039.380.591-33 Por seu procurador STIVERSON STOPA ASSIS PALMA RG nº 30.728.837-7, SSP/SP CPF/ME nº 299.244.518-56



CARTÓRIO DO 11º TABELÃO DE NOTAS - SP
EM BRANCO

JUCESP
21 10 23

(Página de assinaturas integrante e indissociável da 24ª Alteração do Contrato Social da "CERTSYS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA." celebrada em 22 de novembro de 2023)

FABIO OLIVEIRA ALVES

RG nº 23.519.138-3

CPF/MF nº 179.513.098-93

Por seu procurador **STIVERSON STOPA**
ASSIS PALMA

RG nº 30.728.837-7, SSP/SP

CPF/ME nº 299.244.518-56

FERNANDO KAUE GOMES VIEIRA
DOS SANTOS

RG nº 33.058.702-X

CPF/MF nº 352.525.528-43

Por seu procurador **STIVERSON STOPA**
ASSIS PALMA

RG nº 30.728.837-7, SSP/SP

CPF/ME nº 299.244.518-56

FREDERICO DELPHINO LUCCA

RG nº 30.551.484-2

CPF/MF nº 225.424.868-59

Por seu procurador **STIVERSON STOPA**
ASSIS PALMA

RG nº 30.728.837-7, SSP/SP

CPF/ME nº 299.244.518-56

MARCO LUIS VILLA PINTO

RG nº 43.317.622-2

CPF/MF nº 228.352.638-88

Por seu procurador **STIVERSON STOPA**
ASSIS PALMA

RG nº 30.728.837-7, SSP/SP

CPF/ME nº 299.244.518-56

TIAGO LEE

RG nº 25.115.407-X

CPF/MF nº 370.012.748-01

Por seu procurador **STIVERSON STOPA**
ASSIS PALMA

RG nº 30.728.837-7, SSP/SP

CPF/ME nº 299.244.518-56

RAMON MARTINS CORDEIRO
DOS SANTOS

RG nº 35.455.397-5

CPF/MF nº 426.103.028-43

Por seu procurador **STIVERSON STOPA**
ASSIS PALMA

RG nº 30.728.837-7, SSP/SP

CPF/ME nº 299.244.518-56

NARZIO CARVALHO RODRIGUES

RG nº 49.636.388-8

CPF/MF nº 012.087.416-40

Por seu procurador **STIVERSON STOPA ASSIS PALMA**

RG nº 30.728.837-7, SSP/SP

CPF/ME nº 299.244.518-56



CARTÓRIO DO 11º TABELIÃO DE NOTAS - SP
EM BRANCO



JUCESP
21 12 23

(Página de assinaturas integrante e indissociável da 24ª Alteração do Contrato Social da "CERTSYS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA." celebrada em 22 de novembro de 2023)

CERTSYS PARTICIPAÇÕES LTDA. (CNPJ/ME nº 29.506.493/0001-18):

Stiverson Stopa Assis Palma RG nº 30.728.837-7, SSP/SP CPF/ME nº 299.244.518-56	Augusto Takahiro Kiramoto RG nº 33.718.190-1, SSP/SP CPF/ME nº 293.428.038-14	João Paulo Teixeira dos Santos RG nº 26.336.131-7, SSP/S CPF/ME nº 302.153.768-54
--	--	--

Advogada responsável
Nome: Marcela Massari Caléffi
OAB/SP: 269.729

Testemunhas:

Nome: Nubia Prado dos Santos Rustiguella
CPF: 298.091.578-51

Nome: Kelly Rodrigues Liger
CPF: 291.301.418-69



CARTÓRIO DO 11º TABELÃO DE NOTAS - SP
EM BRANCO

Certsys TI - 24ª ACS - Alteração do Objeto Social da Filial - ZMBS - 22 11 23 - V Assinatura pd

Código do documento 0b2ff134-9de3-4b93-b46f-eb88ba17a5d4



Assinaturas

AUGUSTO TAKAHIRO KIRAMOTO
augusto.kiramoto@certsys.com.br
Assinou como parte



JOÃO PAULO TEIXEIRA DOS SANTOS
joao.teixeira@certsys.com.br
Assinou como parte

JOÃO PAULO TEIXEIRA DOS SANTOS

Stiverson Stopa Assis Palma
stiverson.palma@certsys.com.br
Assinou como parte



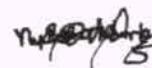
Marcela Massari Caleffi
marcela.massari@zmbs.com.br
Assinou

Marcela Massari Caleffi

Kelly Rodrigues Liger
kelly.liger@certsys.com.br
Assinou como testemunha

Kelly Rodrigues Liger

NUBIA PRADO DOS SANTOS RUSTIGUELLA
nubia.prado@certsys.com.br
Assinou como testemunha



Eventos do documento

30 Nov 2023, 11:47:38

Documento 0b2ff134-9de3-4b93-b46f-eb88ba17a5d4 **criado** por NUBIA PRADO DOS SANTOS RUSTIGUELLA (c4e7bf5c-f010-4e9b-a663-5c2e4ff25157). Email: nubia.prado@certsys.com.br. - DATE_ATOM: 2023-11-30T11:47:38-03:00

30 Nov 2023, 12:03:53

Assinaturas **iniciadas** por NUBIA PRADO DOS SANTOS RUSTIGUELLA (c4e7bf5c-f010-4e9b-a663-5c2e4ff25157). Email: nubia.prado@certsys.com.br. - DATE_ATOM: 2023-11-30T12:03:53-03:00

30 Nov 2023, 12:16:06

AUGUSTO TAKAHIRO KIRAMOTO **Assinou como parte** (e8c1e71f-403e-4ef4-a9ad-c606a2da6055) - Email: agosto.kiramoto@certsys.com.br - IP: 189.120.75.191 (bd784bbf.virtua.com.br porta: 62802) - Geolocalização: 23°6'43.204598821534 -46°64'19.4157443341 - Documento de identificação informado: 293.428.038-14 - DATE_ATOM: 2023-11-30T12:16:06-03:00



CARTÓRIO DO 11º TABELIÃO DE NOTAS - SP
EM BRANCO

RECEBIMOS DO Sr. [illegible]
a quantia de R\$ [illegible]
em [illegible] de [illegible] de [illegible]
[illegible] [illegible] [illegible]

RECEBIMOS DO Sr. [illegible]
a quantia de R\$ [illegible]
em [illegible] de [illegible] de [illegible]
[illegible] [illegible] [illegible]

30 Nov 2023, 13:31:30

KELLY RODRIGUES LIGER **Assinou como testemunha** (4d4d4a4a-955d-4e72-b6c3-b0d8b5090a50) - Email: kelly.liger@certsys.com.br - IP: 201.91.85.194 (201.91.85.194 porta: 7476) - Geolocalização: -22.911 -43.2093 - Documento de identificação informado: 291.301.418-69 - DATE_ATOM: 2023-11-30T13:31:30-03:00

30 Nov 2023, 16:15:34

JOÃO PAULO TEIXEIRA DOS SANTOS **Assinou como parte** (e4cbfdcb-c769-4e44-b145-c2c20a9cbaae) - Email: joao.teixeira@certsys.com.br - IP: 179.113.9.197 (179-113-9-197.user.vivozap.com.br porta: 36942) - Documento de identificação informado: 302.153.768-54 - DATE_ATOM: 2023-11-30T16:15:34-03:00

01 Dec 2023, 09:19:09

MARCELA MASSARI CALEFFI **Assinou** - Email: marcela.massari@zmbs.com.br - IP: 191.19.119.135 (191-19-119-135.user.vivozap.com.br porta: 38642) - Documento de identificação informado: 311.072.888-51 - DATE_ATOM: 2023-12-01T09:19:09-03:00

01 Dec 2023, 11:42:05

STIVERSON STOPA ASSIS PALMA **Assinou como parte** (0986d0af-669b-45a4-8484-d4ab53a403ed) - Email: stiverson.palma@certsys.com.br - IP: 187.90.209.189 (ip-187-90-209-189.user.vivozap.com.br porta: 44272) - Geolocalização: -23.59352535785694 -46.631612497658274 - Documento de identificação informado: 299.244.518-56 - DATE_ATOM: 2023-12-01T11:42:05-03:00

01 Dec 2023, 11:49:15

NUBIA PRADO DOS SANTOS RUSTIGUELLA **Assinou como testemunha** (c4e7bf5c-f010-4e9b-a663-5c2e4ff25157) - Email: nubia.prado@certsys.com.br - IP: 201.42.163.95 (201-42-163-95.dsl.telesp.net.br porta: 64690) - Geolocalização: 23.6453888 -46.6649088 - Documento de identificação informado: 298.091.578-51 - DATE_ATOM: 2023-12-01T11:49:15-03:00

Hash do documento original

(SHA256): 6797e691e4277a2263fb6cd77dc1b1f784857961b17ddbrde405c10bbec3d207
(SHA512): 1a61aa339058e2adb9128eb37fb475f1ed15e2284f24e010a4accb6471bbfcc6609fdb6ac28c3d0c66d7515788576b25fead40ed7f9b2f3b020b0d60ee9ff536

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



CARTÓRIO DO 11º TABELÃO DE NOTAS - SP
EM BRANCO